

«... Uma nova e grosseira reedição da denominada «Carta Brandi»... em menos de 48 horas convenciona-se a Nação, mais uma vez, da torpeza dos métodos empregados por alguns de meus adversários e da miserável mentira que engendraram».

Acho muito otimista este trecho do discurso do sr. João Goulart. A Nação não está, infelizmente, tão convencida como ele pensa. A Nação está inquieta, esperando o resultado dos trabalhos da Comissão de Inquérito, que só ontem foi constituída. A Nação — pelo menos em sua parte mais equilibrada e sensata — está fazendo votos para que o vice-presidente esteja inocente, pois sua culpa é algo que faz mal a nós todos, é algo de penoso, insuportável.

Se vale de alguma coisa minha impressão pessoal, eu direi que é esta: o sr. Jango Goulart me parece um homem honesto, incapaz de embolsar um dinheiro que não seja seu. É um moço financeiramente bem nascido. Sua moral privada não está em jôgo; mas sua concepção moral da vida pública é que pode ter sofrido más influências naquele ambiente em que a coisa pública sempre foi tratada, por inevitável deformação, como propriedade do caudilho, administrada como se fôsse uma estância, com seus bois marcados.

Não sou eu, é o próprio «Correio da Manhã», que até agora vinha (desculpem a palavra) minimizando esse caso, que adverte um ponto fraco na defesa do sr. Jango. É quando ele diz que em sua qualidade de «homem público» achou natural interferir «junto a autoridades nacionais ou estrangeiras, no sentido de resolver um problema econômico». É evidente que os problemas econômicos entre o Brasil e a Argentina devem ser tratados — sem falar, naturalmente, das pessoas interessadas — com as autoridades argentinas, pela nossa Embaixada ou pelo nosso Escritório Comercial. O sr. Jango já não nega sua interferência, embora não esclareça junto a quem, nem quando, nem como. Apenas diz que foi desinteressada. Isso exatamente é o que resta apurar. Se os argentinos não queriam comprar essa madeira é porque achavam mau negócio. Como concordaram em comprá-la, e ainda por cima pagando comissão a um intermediário (?) brasileiro? Não seria mais normal que essa comissão fôsse paga pelos brasileiros, ansiosos em vender, que pelos argentinos, relutantes em comprar? A explicação que temos até agora do lado argentino é esta: o dinheiro foi entregue por ordem superior, porque se destinava a financiar a campanha eleitoral do sr. Vargas. Os dois comerciantes brasileiros terão, depois de concluído esse negócio, entrado com o dinheiro para a campanha?

Será verdade que a própria Casa Rosada adiantou o dinheiro dessas sagradas comissões? Tudo isso precisa ser apurado. Quantas vezes foi a Buenos Aires, nesses idos de 1950, o sr. Jango Goulart, e fazer o que? A quem via, o que tratava? Será crível que ele abandonasse seu cheie na estância, no momento mais penoso da campanha, e quando havia sérias dificuldades de ordem financeira, para passar dias em Buenos Aires, tratando (com que credenciais? com que prestígio? com que promessas?) com funcionários peronistas, de negócios particulares de outrem?

Dirá o leitor que estou me baseando em documentos que são possivelmente falsos. Diz o sr. Jango que são, e cita a seu favor os desmentidos do governo argentino. O «Correio da Manhã» também julga que os documentos são falsos, ou melhor, diz que «devem ser falsos»... «tratar-se-á de outra fraude grosseira...». Isso porque da mesma fonte surgiu há tempos outro documento que era falso.

Aqui meu raciocínio é diferente e espero que, do ponto de vista de quem examine este caso com cabeça fria, mais lógico. Pelo próprio fato de haver a «Tribuna da Imprensa» divulgado, o ano passado, um documento falso contra o sr. Jango é que suponho que desta vez o documento seja autêntico. Vá lá que, uma vez na vida, um jornal dê uma «mancada» dessas, levado pela paixão; o próprio «Correio da Manhã» fez isso, com a famosa carta atribuída ao sr. Artur Bernardes. Mas nem Carlos Lacerda nem os responsáveis mais diretos pela «Tribuna» me parecem tão tolos a ponto de mandarem forjar agora um documento qualquer ou divulgar algum (especialmente contra o sr. Jango) sem estarem absolutamente seguros de sua autenticidade. Isso seria muito mais do que um crime, seria uma imperdoável tolice.

Continuo a achar provável que o sr. Jango Goulart, então mal entrado na casa dos trinta, tenha usado suas ligações (as do sr. Vargas) com o peronismo para ajeitar um negócio que produziria fundos para a campanha. Sua formação peculiar de afilhado de um caudilho fronteiriço não lhe permitia apreender a gravidade desse fato, o que ele encerrava de lamentável e vergonhoso para um moço que iniciava sua vida pública.

Melhor que nada disso tivesse vindo a furo agora. Melhor que a «Tribuna» esteja louca, e tudo seja mentira. Mas a Comissão de Inquérito não está encarregada de apurar o que era melhor que tivesse havido, e sim o que houve. Receio que tenha havido o pior.